



FLACSO
BRASIL

EDUCAÇÃO E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS

Caderno de Projetos

**EDUCAÇÃO ESCOLAR
INDÍGENA**

1

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Nascimento, Rita Gomes do
Caderno educação escolar indígena [livro eletrônico] / Rita Gomes do Nascimento, Laise Lopes Diniz. -- 1. ed. -- Brasília : Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020. -- (Coleção Cadernos de Projetos Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil ; 1)

PDF

ISBN 978-65-87718-05-7

1. Educação 2. Educação - Finalidades e objetivos
3. Educação escolar 4. Educação multicultural 5.
Povos indígenas - Educação 6. Professores - Formação
I. Diniz, Laise Lopes. II. Título III. Série.

20-43912

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação escolar 370

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Flacso Brasil

Direção

Salete Sirlei Valesan Camba

Coordenação Acadêmica

Florencia Stubrin

Conselho Acadêmico

André Lázaro

Gustavo Fischman

Julio Jacobo Waiselfisz

Kathia Dudyk

Laura Tavares

Mary Garcia Castro

Miriam Abramovay

Pablo Gentili

Renata Montechiare

Secretaria Acadêmica

Marcelle Tenorio

Equipe de pesquisa

Renata Montechiare - Coordenadora

André Lázaro - Consultor em educação

Karen Kristien - Assistente de coordenação e pesquisa

Fernanda Valesan - Estagiária

Pesquisadoras

Débora Mate Mendes

Givânia Maria da Silva

Laise Lopes Diniz

Kamila Karine dos Santos Wanderley

Karla Fornari de Souza

Nádia Maria Cardoso da Silva

Rita Gomes do Nascimento (Potyguara)

Zuila Guimarães Cova dos Santos

Equipe técnica

Monique Lima - Projeto gráfico

Gabriele Roza - Textos finais

Margareth Doher - Revisão

Apoio

Porticus América Latina

Coleção

Livro

MONTECHIARE, Renata; Lázaro, André (orgs). **Educação e Práticas Comunitárias:** educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2020.

Cadernos de Projetos:

Caderno Educação Escolar Indígena, Rita Gomes do Nascimento e Laise Lopes Diniz

Caderno Educação Escolar Quilombola, Givânia Maria da Silva e Nádia Maria Cardoso da Silva

Caderno Educação do Campo, Karla Fornari de Souza, Kamila Karine dos Santos Wanderley e Débora Mate Mendes

Caderno Educação Escolar de Fronteira, Zuila Guimarães Cova dos Santos

Site

<http://praticaseducativas.org.br>

CADERNO EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Conheça as pesquisadoras

3

Currículo Diferenciado Tremembé

5

Gestão Comunitária das Escolas Pankará

17

Projeto Educação Ticuna

28

Projeto Ibaorebu de Ensino Médio Integrado Munduruku

41

Iniciativas mapeadas • Educação Escolar Indígena

56

Conheça as pesquisadoras



LAISE DINIZ

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com a dissertação intitulada *Relações e Trajetórias Sociais de Jovens Baniwa na Escola Pamáali no médio rio Içana – Noroeste Amazônico*. Atuou por quinze anos no Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental em projetos de pesquisa intercultural, educação escolar, manejo ambiental e valorização cultural, junto aos povos indígenas do Alto Rio Negro. Tem experiência na formulação e gestão de projetos socioambientais, programas de formação de professores, produção de material didático-pedagógico e em pesquisa intercultural relacionadas às áreas de educação escolar indígena e sustentabilidade/manejo ambiental.

Currículo Lattes 

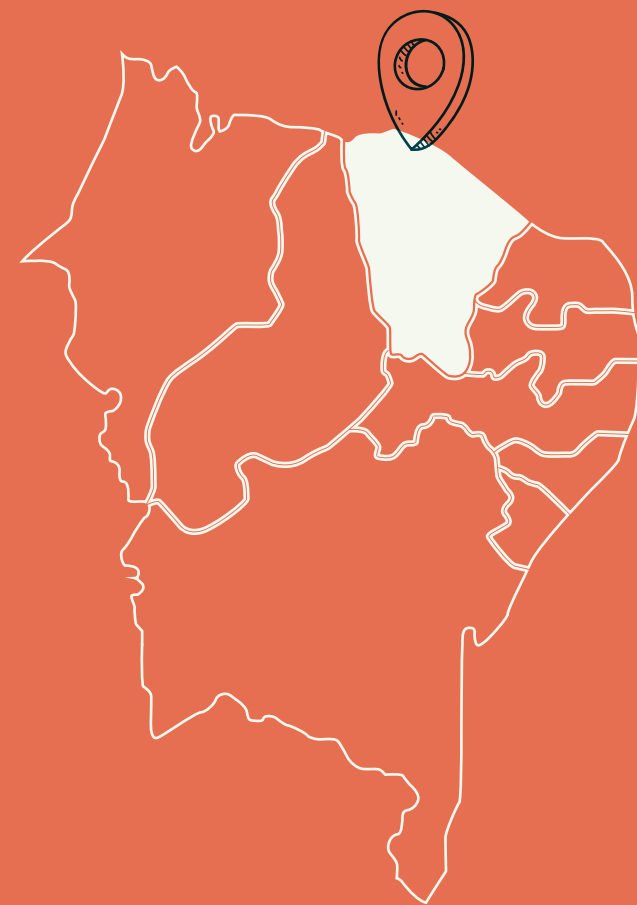


RITA POTYGUARA

Pedagoga. Especialista em Gestão Escolar. Mestre e doutora em Educação, com pós-doutorado em estudos interdisciplinares. Atualmente é professora da educação básica, lotada no Conselho Estadual de Educação do Ceará. De 2012 a 2019 exerceu cargos de direção no Ministério da Educação no âmbito das políticas educacionais para indígenas, quilombolas, populações do campo e outras minorias. De 2010 a 2016 foi conselheira do Conselho Nacional de Educação, tendo sido relatora de normativas para a educação nacional tais como a educação em direitos humanos e em especial para a educação escolar indígena e a formação de seus professores. É autora de artigos publicados em livros e periódicos especializados sobre educação escolar indígena, educação superior e povos indígenas, formação de professores, currículo, dentre outros temas.

Currículo Lattes 

CURRÍCULO DIFERENCIADO TREMEMBÉ



Itarema – CE

REGIÃO NORDESTE

Escola:

Escola Indígena Tremembé Maria Venâncio

Localização:

Itarema/Ceará - Terra Indígena Tremembé de Almofala, Praia de Almofala

Fundação: 1991

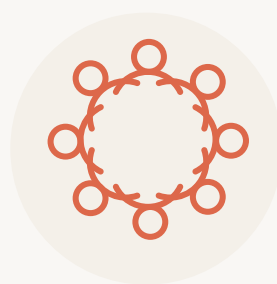
Cursos oferecidos:

Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio

Pesquisadora:

Rita Potyguara

A **Escola Indígena Tremembé Maria Venâncio**, localizada no município de Itarema, no litoral do Ceará, é uma instituição de ensino criada a partir da reivindicação do povo Tremembé de Almofala com o objetivo de atender às demandas educacionais da comunidade. A iniciativa da criação está ligada à luta do movimento indígena na busca pelo reconhecimento e pela garantia dos seus direitos, sobretudo os territoriais. Fundada em 1991, a escola integra um projeto mais amplo de ações do movimento dos indígenas no Ceará, iniciado no final dos anos de 1980, que reivindica uma educação escolar diferenciada.



Por uma educação que “não mude a cara da gente”

Uma das estratégias principais das escolas indígenas na construção do seu caráter é a produção de um currículo diferenciado. Tal como acontece na Educação Escolar Indígena, a organização curricular é a expressão dos princípios que regem a escola do povo Tremembé de Almofala.

Nesta escola, os atos pedagógicos de construção e de realização do currículo têm como propósito o fortalecimento da identidade Tremembé e a luta pelos seus direitos, com destaque para o direito à terra. Nos seus dizeres o que se busca é uma educação que “não mude a cara da gente”, ofertada em uma “escola que não mude nosso jeito de ser”. Neste sentido, a escola

ajuda a positivar a imagem do indígena, associada localmente a estigmas que ocasionam diversas situações de preconceito e de desrespeito aos seus direitos.

Ao longo de suas experiências educativas, a escola produziu um currículo particular feito em articulação com a comunidade. Este currículo busca promover um diálogo entre saberes comunitários e acadêmicos, valorizando tanto os conhecimentos tradicionais e expressões culturais do povo Tremembé quanto aqueles que compõem a chamada base comum curricular das escolas brasileiras.



Disciplinas consideradas convencionais:

Matemática, Português, História, Geografia, Ciências, Ensino Religioso e Educação Física.

Disciplinas e conteúdos específicos:

Ensino fundamental - Arte, Expressão Corporal, Cultura e Espiritualidade Indígena; História Tremembé; Medicina Tradicional Tremembé; Torém e Espiritualidade Tremembé.

Ensino médio - Organizado em três eixos (Linguagem, seus Códigos e Tecnologia; Ciências da Natureza; e Ciências Humanas). Arte Tremembé; Pesquisa da Linguagem Tremembé; Torém e Espiritualidade; Saberes Tremembé do Céu, da Terra e do Mar; História Tremembé; Medicina Tradicional Tremembé.

Além dos professores, a participação dos estudantes, das lideranças, dos formadores das universidades

parceiras e de outras instituições foi decisiva para construção do currículo, definindo necessidades, problemas e demandas comunitárias nas quais a escola poderia atuar. **Destacaram-se algumas ações:** cursos de formação inicial e continuada de professores, produção de materiais didáticos e elaboração e revisão sistemática do Projeto Pedagógico da Escola.

Para a produção do currículo e para a sua implementação, os indígenas utilizam soluções criativas, inovadoras ou diferenciadas para o alcance dos objetivos apresentados no Projeto Político-Pedagógico (PPP). **Exemplos disso são:** a organização do ensino médio por módulos, a adoção da pedagogia da alternância e o uso de tecnologias Tremembé para o manejo da caça, da pesca, do cultivo e da colheita das plantas medicinais e da alimentação.



Um currículo que ultrapassa os muros da escola

As decisões sobre a educação escolar Tremembé são tomadas no Conselho Indígena Tremembé de Almofala (CITA) do qual participam o cacique, o pajé, dentre outras lideranças, inclusive os professores. Sobre os últimos, é importante destacar que a participação deles nos espaços de organização política Tremembé é o resultado de um compromisso assumido junto à comunidade. A escola, com suas práticas pedagógicas e curriculares diferenciadas, faz parte das estratégias comunitárias do povo Tremembé na construção de sua autonomia e autodeterminação.

O currículo que informa e dá sentido ao processo de ensino e de aprendizagem da Escola Tremembé Maria

Venâncio é construído não apenas dentro dos muros da escola, inclui diferentes tempos e espaços da comunidade. É uma proposta pedagógica produzida a partir de muitas experiências, começando com as dos professores Tremembé, suas trajetórias escolares e vivências comunitárias.

Além disso, o currículo é feito e realizado tanto nas práticas escolares cotidianas que ocorrem dentro e fora do espaço da sala de aula, quanto nos eventos “não escolares”. Encontros como os momentos rituais de contato com o sagrado (danças e cantos) e as assembleias e demais manifestações políticas promovidas pelas organizações indígenas nas quais participam professores,

estudantes, pais, mães, lideranças, pajés, artesãos e outros representantes da comunidade. Ou seja, a comunidade de forma mais ampla participa da implementação do currículo, já que as atividades pedagógicas são realizadas na escola e fora dela, nos espaços comunitários.

O currículo, ao ultrapassar os limites do espaço da escola, abrange diferentes conhecimentos, saberes, tradições e expressões culturais, ajudando a fortalecer o sentimento de pertencimento coletivo dos indígenas.

A escola indígena é considerada como diferenciada em vários aspectos. Mas uma das coisas que é fundamental é a gente trabalhar muito na coletividade. Não trabalhar nada individualmente. Ou seja, tudo que a gente vai fazer, vai resolver, é no coletivo.

Professor Getúlio, diretor



A escola e a luta pela terra

A regularização da Terra Indígena (TI) dos Tremembé de Almofala, com uma extensão de cerca de 5.000 hectares, encontra-se paralisada desde meados da década de 1990. Na época, sua identificação foi contestada pela empresa Ducoco Agrícola S/A que, nos anos de 1970, adquiriu terras no interior do território reivindicado pelos indígenas. Além da empresa, há também posseiros habitando o território formado a partir dos processos de aldeamento missionário ocorridos no século XVIII.

Embora esta TI esteja *sub judice*, em julgamento, no mesmo município de Itarema se encontra a primeira Terra Indígena demarcada do Ceará, a do povo Tremembé do Córrego do João Pereira. A não demarcação

da TI dos Tremembé de Almofala tem gerado diversos conflitos que colocam em situação de vulnerabilidade estudantes, professores e lideranças indígenas. Diante desta situação, o exemplo dos Tremembé demonstra a importância da associação entre escola e luta pela terra com um currículo que valorize as expressões culturais e os conhecimentos tradicionais, conscientizando acerca dos direitos diferenciados dos indígenas.



Principais desafios enfrentados

- O não reconhecimento da categoria professor indígena, acarretando a não realização de concurso público específico e diferenciado.
- Avaliações padronizadas pelos sistemas de ensino que não consideram as especificidades socioculturais, seus saberes e conhecimentos expressos no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e na sua organização curricular.
- A falta de apoio do estado para a consolidação do ensino médio.

O objetivo do ensino médio é nos formar em verdadeiros cidadãos Tremembé. Aprendemos no ensino médio a respeitar quem está dentro e quem está lá fora da comunidade.

*Pedro Freitas,
aluno do ensino médio*

Porque a escola está dando exatamente o foco do conhecimento da cultura do povo Tremembé, a partir do jovem e das crianças. O que ele pode, não pode, o que ele deve preservar, o que não deve. É este o papel fundamental da escola indígena Tremembé. O fato da escola ser diferenciada, o passo é este [...] é fazer essa criança produzir cultura para que mais tarde ela possa dizer: eu sou um Tremembé, eu sou cidadão brasileiro, eu aprendi a cultura do meu povo.

Cacique João Venâncio



Para saber mais

ARTIGOS

AZEVEDO, Adelle et al. (Org.). **Inventário Socioambiental do Povo Tremembé**. Adelco. Disponível em: <http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Livro_Inventa%CC%81rio_Tremembe%CC%81.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Raízes e frutos na praia de Almofala, Itarema**. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/raizes-e-frutos-na-praia-de-almofala-itarema-1.1926950>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

FONTELES FILHO, José Mendes. Autonomia e escola entre os Tremembé de Almofala-CE. **Educação em Debate**. Fortaleza, ano 21, n. 2, n. 38, p. 170-177, 1999. Disponível em: <[http://www.](http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/279/177)

[periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/279/177](http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/279/177)>. Acesso em: 05 ago. 2020.

LEITE, Adriana Antero; BARBOSA, Germana Castro. **A educação escolar indígena**: caminhos à inovação pedagógica. Anais do V Congresso Nacional de Educação (CONEDU). v. 1, 2018. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/45695>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

NASCIMENTO, Edileusa S. do. **Memória coletiva e identidade étnica dos Tremembé de Almofala**: os índios da terra da santa de ouro. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

RATTS, Alecsandro J. P. Almofala dos Tremembé: a configuração de um território indígena. **Cadernos de Campo**, São Paulo: USP, v. 9, n. 8, p. 61-82, 1999.

SILVA, Maria do Socorro Sousa; LINHARES, Maria Isabel S. Bezerra. O jovem e a educação indígena Tremembé de Almofala no Ceará. **Pesquisa e prática psicossociais**. São João del-Rei, v. 13, n. 3, p. 1-12, jul./sep. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082018000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago. 2020.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p. 279-38. Territórios Sociais 2.

VÍDEOS

Os Tremembé de alma falam (Parte I): nossochão. TV Janela. Este vídeo é parte integrante do diagnóstico ambiental e da qualidade de vida dos Tremembé de Almofala (CE). História, cultura, modo de viver, organização e relação com a natureza são aqui retratados através das falas e imagens desse povo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CumP4u2efgY>.

Torém (Parte II): nossochão. Os índios Tremembé, de Almofala, Ceará, apresentam a dança do torém e falam da reconquista de sua identidade e da luta pela terra. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zs6G9ciGn0&list=PLUJxQq7eJ97xOh-VFSvCpYIGCG_wX5Vb1R.

Documentário “Espelho Nativo (2009)”. Pesquisa, roteiro e direção: Philipi Bandeira. DOCTV, Brasil IV, Secretaria do Audiovisual/Ministério da Cultura. Uma experiência de sentidos com os índios Tremembé. Em Almofala, litoral norte do Ceará, os Tremembé lutam para afirmar sua contemporaneidade e assegurar

os direitos reservados aos povos indígenas no Brasil. Por muitos anos, tiveram que se esconder para sobreviver à violência, ao extermínio e à invasão de suas terras tradicionais. Hoje, ao contrário, precisam mostrar quem são e reafirmar sua cultura. Mas quem são esses índios, como manter uma cultura com o intenso contato com os brancos, que imagem se espera desses índios? Entre lutas e encantamentos, um espelho se abre, e, para além do mero reflexo das imagens, projeta luz e reflexão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dk5HTTke8IY>.

Reportagem “Índios Tremembé do Ceará (Brasil) lançam livros”. UFCTV, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jEZ3Fgqy9Bw>.

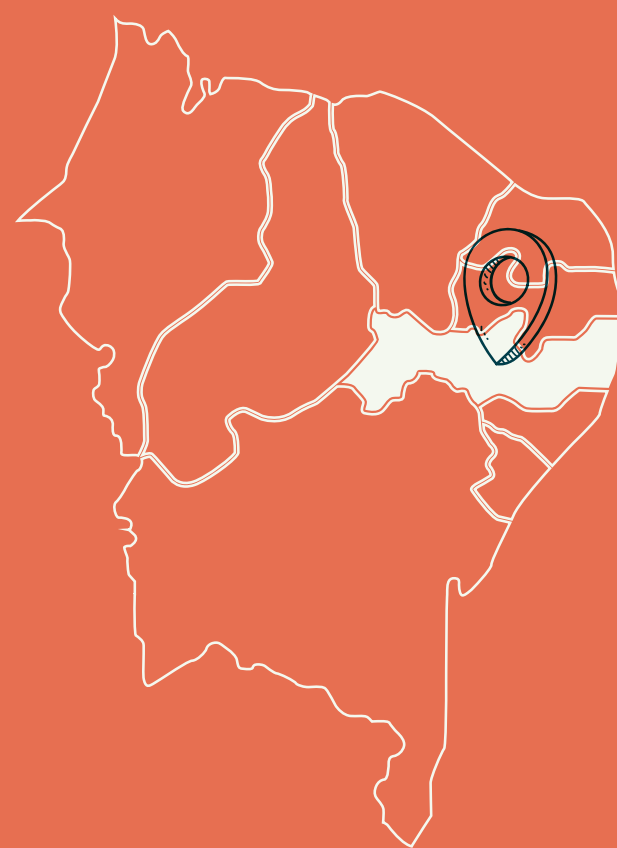
Documentário “Educação Indígena - Escola Maria Venâncio - Tremembé” (Diário do Nordeste). Após cinco anos da formatura da primeira turma de graduação superior em magistério indígena no Nordeste, há conquistas, mas também muitos desafios a vencer por lideranças, educadores e alunos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k9bWxFSVyWw>.

Documentário “Educação Indígena” – Diário do Nordeste.

Trata dos cursos de licenciaturas interculturais indígenas realizados pela Universidade Federal do Ceará e apoiados pela Secadi/MEC, por meio do Prolind. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZCTCvCgC3Qo>.

Povos Indígenas no Brasil. **Sobre o povo Tremembé.** Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trememb%C3%A9>.

GESTÃO COMUNITÁRIA DAS ESCOLAS PANKARÁ



Carnaubeira da Penha – PE

REGIÃO NORDESTE

Escolas:

- Escola Estadual Indígena Especiosa Benigna de Barros
- Escola Estadual Indígena Simão Cícero da Silva
- Escola Estadual Indígena José Jeronimo Barbosa
- Escola Estadual Indígena Olímpio Pereira
- Escola Estadual Indígena Odilon Nunes
- Escola Estadual Indígena Manoel Vicente da Silva
- Escola Polo - Estadual Indígena Sagrada Família
- Escola Estadual Indígena Ana Nunes da Silva
- Escola Estadual Indígena Quintino de Menezes

- Escola Estadual Indígena Nossa Senhora Aparecida
- Escola Estadual Indígena Tia Amélia Caxiado
- Escola Estadual Indígena Rosilda Sabas de Souza
- Escola Estadual Indígena Milton Pereira Neto
- Escola Estadual Indígena Nossa Senhora de Fátima
- Escola Estadual Indígena Bom Jesus dos Aflitos
- Escola Estadual Indígena Manoel João de Souza
- Escola Estadual Indígena Santo Expedito
- Escola Estadual Indígena Vó Olindina
- Escola Estadual Indígena Cosme e Damião
- Escola Estadual Indígena Manoel Miguel do Nascimento
- Escola Estadual Indígena Vicente Muniz
- Escola Estadual Indígena Nossa Senhora da Conceição
- Escola Estadual Indígena Mestre Otaviano

Localização:

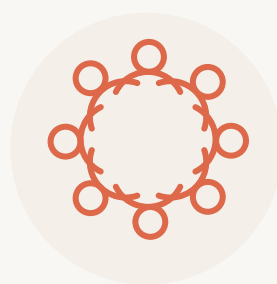
Carnaubeira da Penha, Pernambuco - Terra Indígena
Pankará, Serra do Arapuã

Pesquisadora:

Rita Potyguara



Com uma população estimada em 4.700 pessoas, os Pankará estão organizados em 53 aldeias situadas na Serra do Arapuá, no município de Carnaubeira da Penha, região do semiárido pernambucano, a cerca de 500 km de distância da capital. O modelo de gestão das 23 **escolas Pankará** vem sendo construído desde 2004, quando os indígenas decidiram realizar o que chamam de retomada da educação escolar. Antes, as escolas pertenciam ao poder municipal e eram gestadas pedagógica e administrativamente por professores não indígenas. Com o processo de retomada, as escolas passaram a ser de competência do sistema estadual e assumiram a condição de instituições especificamente indígenas com o protagonismo destes nos processos educativos. No caso dos Pankará, naquele momento, foi criada a Organização Interna de Educação Escolar Indígena Pankará (OIEEIP) para atuar na gestão comunitária das escolas.



A construção coletiva da educação

Embora, do ponto de vista burocrático, não exista ato jurídico de reconhecimento da criação da OIEEIP, a organização tem construído um modelo de gestão democrática que é praticado nas 23 escolas e três anexos, distribuídos em 26 aldeias. De acordo com a distribuição territorial, com a organização social Pankará e com as condições para um melhor acompanhamento pedagógico das ações escolares, as escolas foram organizadas em seis núcleos. Para cada um dos núcleos, há uma escola polo com escolas anexas.

Por meio da representação de diferentes atores sociais, incluindo anciãos, pajé, cacique, conselho tribal, sábios, liderança de aldeia, professores, estudantes, pais, mães

e os agentes comunitários de saúde, toda a comunidade é parte integrante da gestão das escolas. A iniciativa também está relacionada com a atuação da Comissão de Professores/as Indígenas de Pernambuco (Copipe) e do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Pernambuco (CEEIN/PE), dentre outras agências de participação dos indígenas.

A gestão comunitária das escolas Pankará implementa as suas propostas pedagógicas em ações como a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP), estruturado em cinco eixos: terra, identidade, organização, história e interculturalidade, conforme deliberação

coletiva dos Pankará. Além da construção coletiva de um PPP unificado para todas as escolas, a OIEEIP promove a realização de diversas ações de forma comunitária, como a nucleação dos espaços escolares, a criação e a construção de escolas – chegando, inclusive, a mantê-las durante o processo de transição administrativa do município para o estado – e a escolha dos professores indígenas que substituíram os professores não indígenas.

A OIEEIP também vem se constituindo em espaço de deliberação das 53 comunidades Pankará em diferentes assuntos, não restringindo-se apenas ao campo da educação, evidenciando que para os indígenas a “escola é mais do que escola”. Sobre o papel da OIEEIP nas demais questões relacionadas ao povo Pankará, merece destaque a atuação nos trabalhos do Grupo Técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai). A OIEEIP deu

subsídios ao estudo, realizado pelo grupo, de identificação e delimitação da Terra Indígena dos Pankará.

Por meio da prática de gestão é conferida maior autonomia ao povo Pankará na condução de suas práticas pedagógicas e da organização política de sua comunidade. Este processo faz dos estudantes e demais membros da comunidade escolar partícipes das decisões nas escolas. Isto tem consequências na relação de ensino-aprendizagem e na interação professor-aluno, expressando, por exemplo, relações e diálogos entre saberes e práticas acadêmicas com o sagrado e demais dimensões socioculturais do povo Pankará na promoção do seu desenvolvimento integral.

Este modelo de gestão comunitária é uma iniciativa que demonstra as formas pelas quais o protagonismo e a

Interculturalidade

A interação com o não índio
É um encontro diário
E a troca de informações
Que não pode ser ao contrário.
Na sociedade que vivemos
O nosso povo tem diferença
No trabalhar, no agir e no pensar,
E também na sobrevivência.
Ensinamos as nossas crianças
Outras culturas e tradições
Interagindo com as nossas
Sem nenhuma discriminação.

*Projeto Político-Pedagógico
das Escolas Pankará*

A importância de estar fortalecendo nossas identidades étnicas nessas práticas. É um conhecimento que não encontrei em nenhuma escola, em nenhuma universidade. Um conhecimento, acima de tudo, da comunhão, da partilha e do respeito ao outro.

Luciete, coordenadora Pankará



Protagonismo indígena na gestão educacional

autodeterminação dos indígenas no campo educativo podem ser construídos, a despeito dos problemas políticos e entraves burocráticos postos pelos órgãos dos sistemas de ensino nacional e local.

A gestão comunitária se destaca como uma prática disruptiva, uma vez que rompe com os modelos impostos pelos sistemas de ensino convencionais, caracterizados pela existência de um núcleo gestor constituído pelo diretor, pelo coordenador pedagógico e pelo secretário. Trata-se de uma maneira inovadora e criativa de utilização dos instrumentos de gestão das escolas tornando-os efetivamente mais democráticos e participativos.

Assim, a gestão coletiva amplia a participação comunitária, bem como fortalece o lugar da escola na agenda de lutas dos Pankará, constituindo-se em importante estratégia no enfrentamento aos problemas ligados ao não reconhecimento de suas identidades e à negação dos seus direitos. Este aspecto ganha maior importância diante do fato de que o processo de demarcação do território Pankará ainda não está concluído, vulnerabilizando os indígenas nos conflitos territoriais da região.



A escola e a luta pela terra

A terra indígena dos Pankará, com uma extensão de 15.114 hectares, está localizada em uma região que, segundo a Funai, abriga a maioria dos povos indígenas de Pernambuco. Esta situação de fortes relações interétnicas tem marcado o seu recente processo de territorialização e de reemergência étnica que ganha maior visibilidade a partir do início dos anos 2000. Vale destacar que foi neste mesmo momento que os Pankará decidiram “retomar as suas escolas”, demonstrando a sua centralidade em seus projetos comunitários de vida. A demarcação da TI encontra-se na fase de identificação e de delimitação com a realização dos estudos pela Funai no ano de 2018.

Para nós, povo Pankará, é na tradição onde tudo começa. Com nossos pajés e anciãos, pois entendemos que eles são nossas raízes, que fortalecem a nossa fé e nos dão força para levar adiante as tradições.

PPP das Escolas Pankará



Principais desafios enfrentados

- Efetivação dos sábios como profissionais da educação escolar indígena.
- Reconhecimento da categoria professor indígena e realização de concurso público, específico e diferenciado.
- Infraestrutura física e tecnológica das escolas.
- Transporte escolar.
- Materiais didáticos próprios.

No PPP tudo começa com o ritual, através dos mais velhos, porque a gente entende que eles são os professores.

Dorinha, Cacique



Para saber mais

ARTIGOS

ALMEIDA, Patrícia Fortes de. **Currículo em “Movimentos” a constituição do saber escolar pelos índios Pankará da Serra do Arapuá – PE**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

_____; SILVA, Rosália de Fátima. A retomada da educação escolar pelos índios Pankará, **Polis** [En línea], n. 38, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/10049>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

BIOGRAFIA DA CACIQUE DORINHA PANKARÁ. Os Brasis e suas Memórias. **Projeto Biografias**. Disponível em: <<https://osbrasisesuasmemorias.com.br/cacica-dorinha/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

MENDONÇA, Caroline Farias Leal. “Retomada da educação escolar”: um estudo sobre educação, território e poder na experiência Pankará. **Interritórios**. Revista de Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL, v. 5, n. 9, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

VÍDEOS

Reportagem “Abril Indígena” - Povo Pankará, 2013. TVPE. Pernambuco possui hoje a 4ª maior população indígena do Brasil. Atualmente, existem 12 povos localizados nas regiões do Agreste e Sertão. Entre eles, o povo Pankará. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BEAX-3aBTxs>.

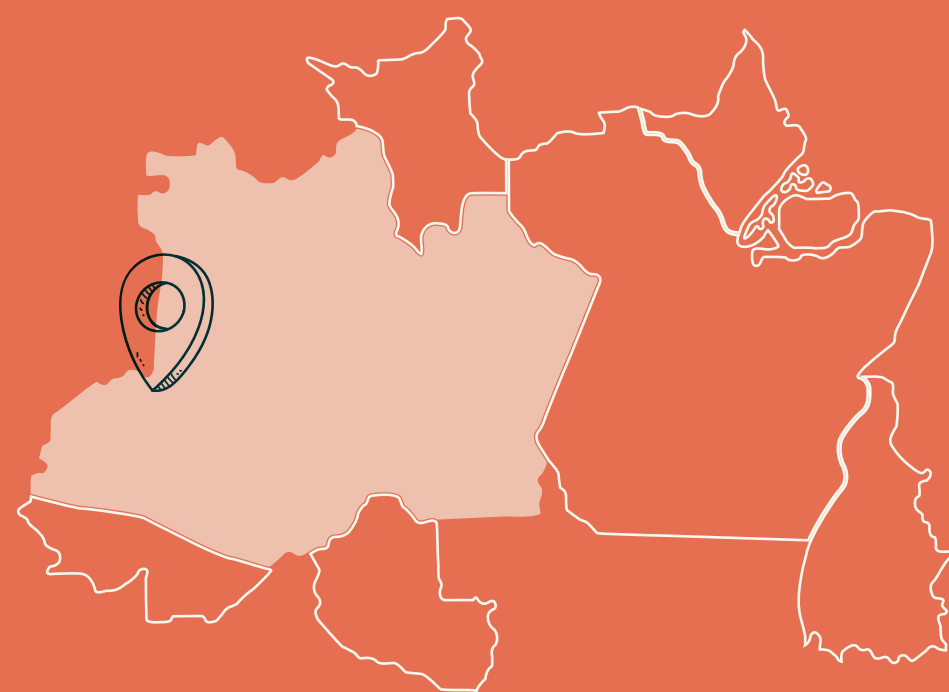
Terra e toré: educação Pankará. Direção: Patrícia Fortes. Documentário, 2013, 23 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OgGnDJltl7Y>.

Documentário povo Pankará - Pankará: resistência, luta e fortalecimento da identidade étnica pela gestão da educação escolar. Coordenação da licenciatura intercultural da UFPE. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fyT_aNITR7I.

Instituto Socioambiental - ISA. **Povos Indígenas no Brasil. Sobre o Povo Pankará.** Disponível em: <https://piib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankar%C3%A1>.



PROJETO EDUCAÇÃO TICUNA



Benjamin Constant – AM

REGIÃO NORTE

Escolas:

- Escola Indígena Ebenezer
- Escola Estadual Indígena Professor Gildo Sampaio Megatanucu

Localização:

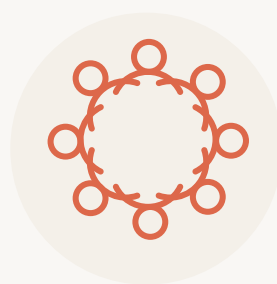
Terra Indígena Santo Antônio, Benjamin Constant, Amazonas

Pesquisadora:

Laise Lopes Diniz

O **Projeto Educação Ticuna** iniciou em 1996 com a oferta do curso de Formação de Professores Ticuna, desenvolvido pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue (OGPTB¹). O projeto atende a população Ticuna que vive na Região do Alto Rio Solimões, nos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins, no estado do Amazonas (ISA, 2006), uma população de cerca de 46.000 pessoas (IBGE, 2010). As ações, nesses 30 anos de projeto, promoveram a reformulação da educação escolar Ticuna em suas aldeias, em consonância com as demandas da população indígena e seus projetos societários.

¹ A OGPTB, criada em 1986, é uma organização indígena que atua a mais de 30 anos no desenvolvimento de projetos e programas de educação escolar, na Região do Alto Rio Solimões, no estado do Amazonas.



Formação de professores Ticuna

A Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue (OGPTB), desde 1993, promove a formação específica de professores indígenas, com cursos que são desenvolvidos no Centro de Formação de Professores Ticuna – Torü Nguépataü, na aldeia Filadélfia, no município de Benjamin Constant, no estado do Amazonas.

O curso Formação de Professores Ticuna foi criado em resposta à demanda de titulação dos professores indígenas que tinham anseio de formação em magistério para obter o maior domínio dos conteúdos escolares e de garantir a formulação autônoma dos projetos educacionais. A importância do projeto está relacionada à garantia de titulação de professores Ticuna no ensino

médio e superior, mas com ênfase na formação especializada na educação escolar indígena. O projeto também tem como objetivo desenvolver projetos e programas de educação bilíngue, o ensino na língua ticuna e português, que garante a relação intercultural.

Além disso, os professores Ticuna tinham a clareza de que a habilitação em magistério, uma exigência do sistema de ensino, era necessária para a luta do devido reconhecimento profissional, tanto para comporem o quadro profissional, quanto para garantirem a remuneração correta de seus serviços.

Como resultado do projeto, os dados de 30 anos atrás de que 90% dos professores Ticuna que atuavam nas escolas das aldeias não tinham o ensino fundamental completo foi invertido. Atualmente, quase 100% dos professores Ticuna concluíram o magistério indígena e 47% obtiveram a formação em nível superior. Os resultados do projeto são aferidos em números, no início do projeto. Em 1996, haviam 87 escolas Ticuna registradas na Região do Alto Rio Solimões, que atendiam 5.850 alunos (GRUNBER, 2003). No Censo Escolar de 2018, o registro foi de 128 escolas Ticuna, que atendem 20.922 alunos. Nestas escolas atuam 1.324 professores Ticuna, sendo que apenas três atuam com o ensino fundamental incompleto, 696 professores têm ensino médio completo e 625 professores têm a escolaridade em nível superior, segundo o Censo do Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) 2018.





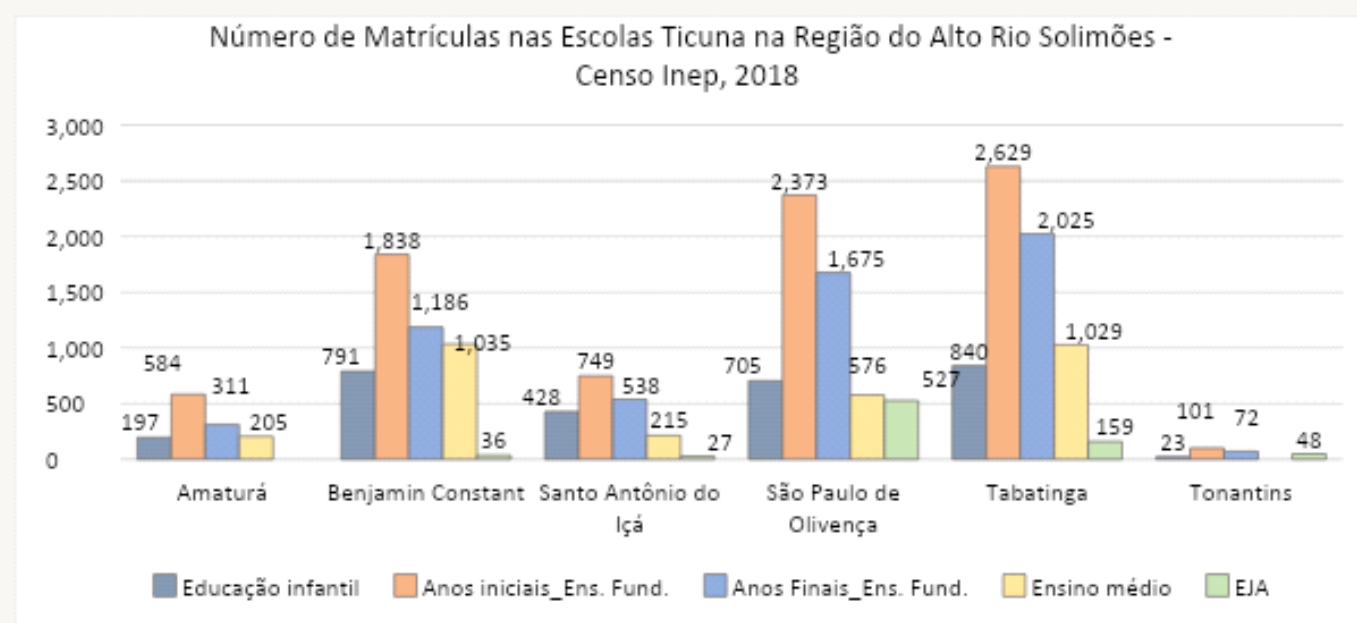
Modelo escolar diferenciado

O fato do projeto ser proposto e executado por uma organização indígena é um ponto inovador. Por isso, todo o processo de formação está associado ao reconhecimento da educação escolar indígena bilíngue e ao modelo escolar diferenciado, que reúne conteúdos programáticos com conhecimentos indígenas e não indígenas. A proposta não se prende a modelos escolares convencionais, permite aos povos articularem seus saberes com saberes de outros povos. Assim, o modelo diferenciado é útil para lidar com questões atuais e possibilitar que a gestão administrativa e pedagógica seja exercida pelos próprios indígenas.

Com o projeto, a população passou a escolher os professores que iriam atuar em suas escolas, enquanto o programa de formação de professores nivelou a escolaridade e garantiu a habilitação para o magistério. Tal ação permitiu a ampliação da oferta escolar em quase todas as aldeias Ticuna e a substituição dos professores não indígenas por professores Ticuna, além de garantir a implementação e funcionamento de todas as etapas escolares em Terra Indígena, resultando na diminuição do êxodo de jovens que migravam para as cidades em busca da conclusão do ensino escolar. O projeto também promoveu a reformulação das práticas educativas, aumentando o envolvimento dos alunos

nas escolas Ticuna e colaborando para a redução dos índices de reprovação.

Gráfico 1 - Número de matrículas nas escolas Ticuna na Região do Alto Rio Solimões



Fonte: Censo Inep, 2018.

O projeto de formação de professores reuniu todos professores de todas as aldeias, independente dos factionalismos religiosos e políticos existentes. Os professores passaram a atuar ativamente no movimento

indígena, adquirindo novos discursos e estratégias de ação, tal como o fortalecimento da OGPTB, que passou a reivindicar as demandas da educação Ticuna.

O programa curricular e a metodologia dos cursos orientaram-se na direção de oferecer aos professores os instrumentos necessários que lhes permitiriam identificar problemas e buscar soluções criativas e inovadoras, fortalecendo-se nos aspectos políticos e pedagógicos para poder reinterpretar e atualizar, permanentemente, as funções da sua escola (GRUBER, 2003, p. 133).

QUALQUER VIDA É MUITA DENTRO DA FLORESTA

Se a gente olha de cima, parece tudo parado.
Mas por dentro é diferente.
A floresta está sempre em movimento.
Há uma vida dentro dela que se transforma
sem parar.
Vem o vento.
Vem a chuva.
Caem as folhas.
E nascem novas folhas.
Das flores saem os frutos.

E os frutos são alimento.
Os pássaros deixam cair as sementes.
Das sementes nascem novas árvores.
E vem a noite.
Vem a lua.
E vêm as sombras que multiplicam as árvores.
As luzes dos vagalumes são estrelas na terra.
E com o sol vem o dia. Esquenta a mata.
Ilumina as folhas.
Tudo tem cor e movimento
(GRUBER, 1997, p. 48)

O Livro das Árvores



Gestão do projeto

Os participantes do curso de formação de professores são selecionados a partir de uma avaliação, na qual produzem textos reflexivos sobre as práticas pedagógicas, qual o papel da escola nas aldeias e quais os objetivos da educação escolar específica indígena. Os critérios de seleção dos candidatos foram definidos pelos membros da OGPTB e lideranças Ticuna e a correção se dá com equipes pedagógicas organizadas por representantes de instituições envolvidas com o projeto, como a OGPTB e a Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

O projeto tem como fundamento de ação pedagógica a construção coletiva e ativa, os professores em formação participam de todas as etapas do curso. Deste modo, o

programa e a metodologia são formulados para ofertar aos cursistas a formação do professor pesquisador, para que possam se instrumentalizar com conhecimentos que os assessorem a identificar os problemas e a apontar soluções criativas e inovadoras. Assim, para que, de modo contínuo, possam refletir suas ações enquanto educadores e se atualizar, tanto na sua função de professor(a), como no papel social da instituição escola. Cabe destacar que a arte permeia todas as demais áreas de conhecimento. Por se tratar de uma referência central na cultura ticuna, muito além das atividades artísticas, foi uma área fundamental para pensar questões de saúde, ambiente, território e outros (GRUBER, 2003, p. 137).

A gestão do projeto conta com a participação de toda a comunidade educativa – pais, lideranças, alunos, professores e representantes das instituições parceiras – em diversos momentos, seja nos encontros de avaliação das ações pedagógicas e administrativas do projeto, seja nas assembleias de planejamento e formulações de questões que devem ser abordadas como temas de estudos e são relevantes para o bem viver da população Ticuna. Os momentos de encontros viabilizam que a comunidade educativa assuma um papel de mediadora no debate da educação escolar ofertada nas escolas Ticuna, apontando os temas importantes que afetam diretamente suas vidas, como: meio ambiente, saúde, território, conhecimentos tradicionais e outros (OGPTB, 2005).

Eu sou professor e durante esses seis anos de curso já transformei muitas coisas na minha ideia, na minha vida. Porque aqui no curso eu consegui outros conhecimentos que primeiro não tinha. Agora já sei como fazer plano de aula, fazer projeto com os alunos, cantar e fazer música. O curso cada vez se modifica.

Também conheci como fazer trabalho junto com o cacique, os agentes de saúde e os pais dos alunos. Assim a educação vai sempre avançando. Cada etapa do curso é mais interessante para mim, porque eu acho muitas outras experiências para levar lá na minha sala de aula e na comunidade

prof. Mário Manoel Custódio, OGPTB, 2015.



Principais desafios enfrentados

- As ações pedagógicas interculturais e o ensino bilíngue, que são fundamentos da educação diferenciada indígena e desenvolvidos nas escolas Ticuna, ainda enfrentam resistência de reconhecimento pelas secretarias de educação, municipais e estadual, apesar da legislação e normatizações de educação brasileira garantirem aos povos indígenas o direito à educação escolar diferenciada e específica.
- Persiste o desafio da ampliação da oferta do ensino médio nas escolas das terras indígenas Ticuna, com a implementação de estrutura física adequada ao projeto de educação do povo Ticuna e ao desenvolvimento da formação escolar dos jovens articulada aos projetos societários do povo.

- Apesar do investimento Ticuna na produção de material didático/literário indígena, não há uma linha de financiamento no sistema de educação para a produção de materiais com conhecimentos indígenas, garantindo a produção de material com variados temas e com o uso das novas tecnologias, como parte de um programa de fortalecimento do uso da língua ticuna por crianças e jovens.

- Um importante desafio está no âmbito dos sistemas de educação, que devem garantir a criação e a regulamentação nos municípios e no estado das categorias escola indígena e professor indígena, para garantir a realização de concursos específicos para os profissionais de educação e o reconhecimento de programas escolares específicos e diferenciados.



Para saber mais

ARTIGOS

BENDAZZOLI, Sirlene. **Políticas públicas de educação escolar indígenas e formação de professores ticunas no Alto Solimões/AM**. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17102011-152350/publico/SIRLENE_BENDAZZOLI.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GRUBER, Jussara G. A arte gráfica Ticuna. In: VIDAL, Lux (Org.). **Grafismo Indígena: estudos de antropologia estética**. São Paulo: Estúdio Nobel, Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1992. p. 249-264. Disponível em: <<http://etnolinguistica.wdfiles>.

<local--files/biblio%3Avidal-2000-grafismo/Vidal_2000_Grafismo_indigena_OCR.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

_____. As extensões do olhar: a arte na formação dos professores ticuna. **Em Aberto**, Brasília, v. 14, n. 63, p.122-136, jul./set. 1994. Disponível em: <<http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1984>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

_____. Projeto Educação Ticuna: arte e formação de professores indígenas. **Em Aberto**, Brasília, v. 20, n. 76, p. 130-142, fev. 2003. Disponível em: <<http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/238>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

LIVRO E VÍDEO

TICUNA **Torü duü'ügü**: nosso povo. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/toru-duuugu-nosso-povo>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Vídeo: **Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues** (OGPTB), TV Navegar.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GHe6jn4zP3I>.

PREMIAÇÕES

O Projeto Educação Ticuna obteve várias premiações. Segue abaixo os principais destaques:

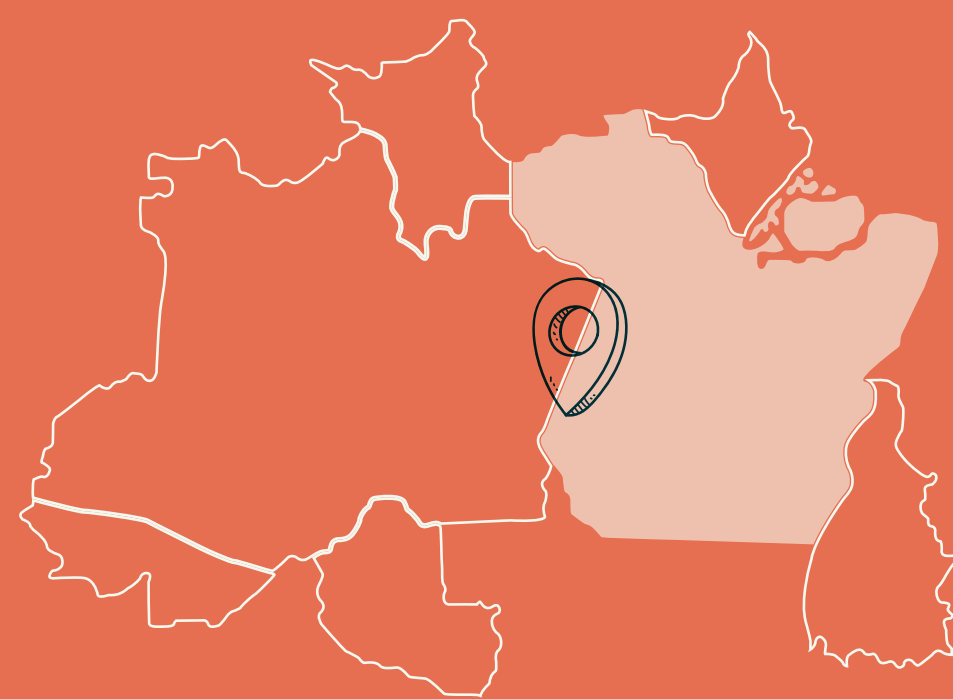
- o **Livro das árvores**, resultado do projeto “A natureza segundo os Ticuna”, obteve dois prêmios pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil em 1997: Prêmio Melhor Livro Informativo e o Prêmio Melhor Projeto Editorial;

- Concurso de Projetos “Experiência Viva”, pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), Programa Regional de Apoio aos Povos Indígenas da Bacia do Amazonas (Praia), Corporação Andina de Fomento (CAF), Procasur e Progênero. O **Projeto Educação Ticuna** obteve o segundo lugar no evento que aconteceu na cidade de Iquitos, Peru, em agosto de 2001;

- o **Programa Saúde na Escola**, também teve uma Menção Honrosa no IV Congresso Brasileiro de Epidemiologia (Epirio-98), promovido pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco). Rio de Janeiro, 1998;

- **Projeto Educação Ticuna** recebeu o prêmio Destaque do Programa Gestão Pública e Cidadania, conferido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, em 2000.

PROJETO IBAOREBU DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO MUNDURUKU



Jacareacanga – PA

REGIÃO NORTE

Escolas Municipais de ensino fundamental (35 escolas):

- Akiraywat Ka A
- Kabare Byden
- Aiperepe
- Aldeia Muissu
- Aldeia Missão Velha
- Aldeia Pratati
- Missão São Francisco
- Santa Maria
- Kurap
- Borum Bijempo
- Patuazal
- Waru Apompe
- Waretodi
- Wariri
- Akai Apompo

- Anipiri
- Sawre Muyatpo
- Borum Muyatpo
- Karu Bempo
- Karo Bixik
- Kirixi Jeybu
- Nossa Senhora de Lourdes
- Karo Baxewatpu
- Waru Orebu
- Saure Baxik
- Waro Biatpu
- Paigo Baxewatpu
- Kaba Iboy
- Poxo Repenpu
- Paygu Baxenwatpu
- Akay Bypen
- Poxo Aboybu
- Waru Iboybu
- Bananal

Escolas indígenas municipais de educação infantil e ensino fundamental (13 escolas):

- Kirixi Cak
- Kirixi Aboy
- Wito Kaywatpu
- Waru Bachembo
- Restinga
- Prainha
- Borum Bempo
- Bom Futuro
- Terra Preta
- Santa Izabel
- São Sebastiao
- Juliano Kirixi
- Kaba Ujeibo

Localização:

Terras Indígenas Munduruku e Saí Cinza, Jacareacanga, Pará

Cursos oferecidos:

Magistério intercultural, técnico em enfermagem e técnico em agroecologia

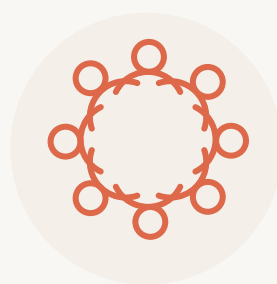
Pesquisadora:

Laise Lopes Diniz



O **Projeto Ibaorebu** implantou o ensino médio integrado à educação profissional nas aldeias das Terras Indígenas Munduruku e Saí Cinza, localizadas no Alto Tapajós, no município de Jacareacanga, no estado do Pará. O povo Munduruku é um dos grupos étnicos mais populosos do país, com mais de 13 mil pessoas que vivem cerca de 850 quilômetros do rio Tapajós e afluentes.

O projeto promoveu a formação de profissionais indígenas para atuarem nas 48 escolas das aldeias em três áreas: magistério intercultural, técnico em enfermagem e técnico em agroecologia. Áreas identificadas pela população como necessárias para o desenvolvimento dos projetos sociais comunitários, o que resulta em um projeto que vai além da oferta da escolarização profissional, também fortalece o projeto societário do povo Munduruku.



Protagonismo nos projetos societários

A importância do Projeto Ibaorebu está na possibilidade de os jovens indígenas assumirem o protagonismo nos projetos societários do povo Munduruku e atuarem em consonância com a política de fortalecimento da identidade e da autonomia de seu povo. O projeto formou 210 jovens em técnico em enfermagem, técnico em agroecologia e no magistério intercultural para atuarem em suas aldeias auxiliando a implementação de ações para o bem viver. O número é significativo, alcançou muito mais jovens do que inicialmente se pretendia. A mensuração está nas ações comunitárias que os jovens formados desenvolvem em suas aldeias.

A estratégia pedagógica viabilizou aos jovens, durante o curso, a formulação e execução de projetos próprios e projetos comunitários, muito além das ações de sala de aula. O projeto visou promover a autonomia política aos profissionais indígenas. A formação reconhecida oficialmente passa a ser um instrumento de empoderamento frente à cultura hegemônica. Além do que, os profissionais indígenas formados reconhecem os processos próprios do povo indígena. Nas ações dos projetos de educação, de saúde e de alternativas econômicas, os jovens articulam conhecimentos e promovem o desenvolvimento das ações mais adequadas para o bem viver da população indígena.



Cursos oferecidos

A inovação está na formulação de propostas que melhorem a vida da população em cada aldeia. Os cursistas de magistério intercultural elaboraram planos de aula que inovaram nas abordagens temáticas e articularam os conhecimentos indígenas nas escolas Munduruku. Os cursistas de técnico em agroecologia realizaram atividades de recuperação de frutíferas e quintais agroflorestais, além do apoio ao projeto de meliponicultura nas aldeias. Os cursistas de técnico de enfermagem desenvolvem atividades de apoio à melhoria das condições de saúde nas aldeias, realizam acompanhamento às famílias e desenvolvem atividades de educação em saúde, com a melhoria da qualidade de vida nas aldeias.

Já os técnicos em enfermagem foram especializados nas ações da saúde indígena, as práticas se concentraram em procedimentos relacionados à atenção primária em saúde, exposição sobre as doenças diarreicas e diálogos com a comunidade para a avaliação do desempenho dos cursistas (FUNAI, 2016).



Formação articulada ao projeto de vida Munduruku

Há registro desde a década de 1970 do interesse do povo Munduruku pela educação escolar, muitas escolas surgiram por iniciativa da população e por muitos anos os professores indígenas atuavam sem reconhecimento pelo sistema de ensino (ISA, 2017). O projeto é uma conquista do povo, com o ensino fundamentado na articulação da pesquisa ao ensino. Com base nos conceitos da interculturalidade, foi iniciado com reuniões entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a população Munduruku. Das primeiras reuniões, em 2004, até o início das atividades do projeto, em 2007, foram definidas as diretrizes, nas quais se assumiu o compromisso de desenvolver um processo de formação fundamentada

no diálogo de conhecimentos indígenas e não indígenas, tendo o conhecimento Munduruku o espaço principal de ensino.

O processo educativo do Projeto Ibaorebu garantiu a participação efetiva dos representantes das aldeias indígenas na construção das propostas pedagógicas e nas formulações de conteúdos. Com a realização de reuniões e assembleias, as pessoas mais velhas (anciões e anciãs), que assumem o papel de liderança política das aldeias, tinham o espaço garantido de avaliação do projeto e orientavam os caminhos que a formação deveria seguir. O ensino médio ofertado pelo Projeto

Ibaorebu foi construído em conjunto com os Munduruku, proposto pela Funai, através da Coordenação Regional e desenvolvido pela Funai Brasília, contou com a parceria do Instituto Federal do Pará, campus rural de Marabá, principalmente com o apoio do quadro de professores.

Cada um tem seu destino, e o da gente é diferente do destino dos Pariwat. É importante que a gente mantenha nossos valores frente ao mundo dos brancos. É preciso continuar os estudos, é! Mas do jeito que a gente precisa, de acordo com nossas necessidades, nossos interesses. Ninguém precisa de rapaz e moça que estuda na cidade e acaba não sabendo fazer nada na aldeia.

Rafael Manuhari, professor Munduruku



Tempo escola e tempo aldeia

O Projeto Ibaorebu é inovador como proposta de formação ao adequar a organização das etapas formativas aos tempos de vida do povo Munduruku, considerando a organização social, a cultura e as formas de produção. Foi elaborado um calendário de formação dividido em dois momentos, um por etapas intensivas ou “tempo escola” (aulas presenciais) e outro por etapas de acompanhamento ou “tempo aldeia” (momento de orientação às pesquisas desenvolvidas pelos alunos). O projeto segue uma formação escolar fundamentada na relação intercultural crítica, na ação pedagógica e na metodologia de pesquisa para o ensino, com a valorização dos

conhecimentos e das pedagogias indígenas (RAMOS; GOBBI; 2017).

A trajetória do Ibaorebu foi marcada pela criatividade, pela valorização dos conhecimentos e pedagogias próprias e por uma interculturalidade crítica, expressa nas pesquisas e nas abordagens em torno do eixo “Direitos e Cultura Munduruku”. Foram oito anos de muita persistência, de conhecimentos compartilhados, trilhando o caminho da autonomia e do protagonismo do Povo Munduruku. Da Aldeia Saí Cinza, que acolheu o projeto durante todo esse tempo, trazemos a certeza de que a luta continua, pois a formatura não representa

o encerramento do Ibaorebu, mas a finalização de um importante ciclo de formação, para que outros se iniciem (FUNAI, 2016).

O Projeto Ibaorebu certamente se constituiu como um espaço privilegiado de exercício da autonomia e do protagonismo do povo Munduruku. Durante a formação foi constituído um fórum permanente para o debate de temas de interesse, podendo contar com a presença de todos os membros da aldeia. O fórum elaborou materiais em vídeos, livros, documentos, que deu visibilidade à luta e resistência do povo Munduruku, tanto na luta pelo direito da terra demarcada, quanto ao direito de acesso aos serviços de saúde, de educação, de cultura

e às ações de sustentabilidade que garantam o bem viver da população.

No âmbito do fórum, em 2014, foi elaborado o Protocolo de Consulta Munduruku¹ que formalizou os procedimentos ao Estado de como deve ser o diálogo quando o governo apresenta projetos que podem afetar as vidas, os direitos e os territórios dos indígenas. A elaboração ocorreu em resposta à demora da ratificação da Convenção 169 pelo governo brasileiro, sendo mais uma ferramenta de fortalecimento da organização social frente aos desafios enfrentados, referente à garantia dos direitos indígenas.

¹ Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/01/munduruku-final-2.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

Talvez nada faça aflorar mais o espírito Munduruku quanto uma festa. Todos participam no seu preparo e a divisão de tarefas é muito clara, os homens matam, despelam, partem e transportam os quartos de boi do campo ou pasto até a aldeia, depois eles, numa lona no chão, separam o osso das carnes utilizando faca e machado. Numa mesa ao lado, outros homens cortam a carne em pedaços grandes que são passados para as mulheres na cozinha. Um grupo corta a carne em pedaços menores e passa-o para outro grupo de mulheres que batem na carne com a faca até deixá-la quase moída. Nesse meio tempo, outras mulheres pegaram o rancho, cheiro verde e açaí, e cozinharam arroz, feijão, macarrão, e escaldaram o açaí, o espremeram para separar a polpa do caroço e acrescentaram água fria para retirar o restante da polpa.

Relato de R. E. Villanueva, observando a preparação do almoço de comemoração do aniversário do cacique geral Munduruku, Bibói Kabá, no dia 31 de janeiro de 2005 na aldeia Katõ, Rio Cabitutu. Disponível em: http://cggamgati.funai.gov.br/files/8314/8829/4911/munduruku_pt.pdf



A palavra Ibaorebu

A tradução da palavra Ibaorebu diz muito sobre o projeto. O significado é sobre algo que está em contínua criação, uma ação quase infinita. Não ter um fim e estar em constante construção foi o desafio assumido pelo projeto que implementou um processo de formação fundamentado nos conhecimentos e na cultura Munduruku, visando a formação para autonomia do povo.

O Projeto Ibaorebu de Formação Integral Munduruku se constituiu como uma experiência de educação diferenciada em que o aprendizado se constrói de forma coletiva e no qual a autonomia e o protagonismo se fortalecem e se recriam para repercutir em outros espaços de luta e resistência (ISA, 2017).

Acompanhar o pai na caça, acompanhar a família a ir pra roça, fazer farinha, coletar frutas, entender a medicina, entender os animais, como se nada no rio, como se pesca, quais são as iscas utilizadas, como se pega esse tal tipo de peixe, época de verão, época de inverno... Então essa é uma educação tradicional.

Jairo Saw Munduruku. Vídeo Educação Tradicional Munduruku. Disponível em: <https://vimeo.com/106485105>



Principais desafios enfrentados

• A formação escolar é de suma importância para a população indígena. Atualmente, é crescente a reivindicação pelo acesso ao ensino superior. Para o povo Munduruku é importante garantir a formação específica de seus professores em nível superior para que possam gerir as suas escolas na construção de projetos autônomos de educação escolar. Além disso, é de suma importância garantir vagas nas universidades para a população indígena e atender as demandas de formação do quadro de profissionais em áreas de interesse da população articuladas ao projeto societário.

• O reconhecimento das instituições que promovem ações e políticas de educação, de saúde e alternativas econômicas/sustentáveis e o reconhecimento da formação dos profissionais indígenas, através de concursos específicos para que estes possam exercer suas atividades junto aos órgãos responsáveis.

- A educação diferenciada e específica do povo Munduruku requer o reconhecimento dos conhecedores indígenas no espaço escolar. Um desafio: os sistemas de educação viabilizarem meios de contratação/remuneração dos conhecedores para atuarem nas escolas indígenas como educadores.

- A luta constante contra a exploração ilegal de madeira, as atividades ilegais de garimpo e os grandes empreendimentos econômicos (agronegócio e hidrelétricas) que ameaçam o território Munduruku.



Para saber mais

ARTIGOS

GOBBI, I.; RAMOS, A.; DIAS, G. **Ibaorebu**: no caminho da conclusão de um ciclo, para que outros se iniciem. 2016. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3597-ibaorebumundurukuvetapa>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

RAMOS, A.; GOBBI, I. Ibaorebu, Educação que Empodera. In: **Povos Indígenas no Brasil: 2011-2016**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017. p. 440-442.

_____; _____. **Projeto Ibaorebu forma 200 indígenas Munduruku como Técnicos em Agroecologia**, Enfermagem e Magistério Intercultural. 2016. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4057-projeto-ibaorebu-forma-200-indigenas-munduruku-como-tecnicos-em-agroecolo->

[gia-enfermagem-e-magisterio-intercultural](http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3597-ibaorebumundurukuvetapa)>. Acesso em: 17 ago. 2020.

_____; BANDEIRA, C. **Projeto Ibaorebu**: tecendo diálogos e saberes com base na interculturalidade. 2016. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3008-projeto-ibaorebu-tecendo-dialogos-e-saberes-com-base-na-interculturalidade-2?start=1#>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

VÍDEOS

Índios Munduruku: tecendo a resistência

Disponível em: <https://vimeo.com/112160970>.

A luta dos índios Munduruku contra hidrelétrica contada visualmente

Disponível em: <https://geografiavisual.com.br/quadrinhos-e-ilustracoes/a-luta-dos-indios-munduruku-contra-hidreletrica-contada-visualmente>.

Educação tradicional Munduruku

Disponível em: <https://vimeo.com/106485105>.

Pés de Anta: as cineastas Munduruku

Disponível em: <https://vimeo.com/269022815>.





INICIATIVAS MAPEADAS • Educação Escolar Indígena

PROJETO	ESCOLA(S)	ESTADO
CENTRO DE FORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO WAJĀPI	• Escola Indígena Estadual Aramira (Centro de Formação e Documentação Wajãpi)	AMAPÁ
CENTRO INDÍGENA DE FORMAÇÃO E CULTURA RAPOSA SERRA DO SOL	• Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol	RORAIMA
CRIAÇÃO DO QUADRO DE MAGISTÉRIO INDÍGENA, DA CARREIRA DE PROFESSOR INDÍGENA E CONCURSO PARA OS PROFESSORES INDÍGENAS	• Governo do Estado de Rondônia/Secretaria de Estado da Educação de Rondônia	RONDÔNIA
CURSO DE MAGISTÉRIO INDÍGENA POTIGUARA	• Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti	PARAÍBA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL PATAXÓ – OS PROJETOS KORIHÉ (CUIDAR) E MARAKĀYÑĀ (MARACÁ)	• Colégio Indígena Coroa Vermelha	BAHIA
EDUCAÇÃO PUYANAWA	• Escola Indígena Ixubay Rabui Puyanawa	ACRE

PROJETO	ESCOLA(S)	ESTADO
FEIRA CULTURAL, JOGOS INDÍGENAS E FESTA DA CARNAÚBA	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Indígena Amélia Domingos • Escola Indígena Anama Tapeba Tapeba • Escola Indígena da Ponte Tapeba • Escola Indígena Índios Tapebas Tapeba • Escola Indígena Marcelino Alves de Matos Tapeba • Escola Indígena Narcísio Ferreira Matos Tapeba • Escola Indígena Tapeba Capoeira Tapeba • Escola Indígena Tapeba Capuan Tapeba • Escola Indígena Tapeba do Trilho Tapeba • Escola Indígena Vila dos Cacos Tapeba 	CEARÁ
GESTÃO COMUNITÁRIA DAS ESCOLAS PANKARÁ	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Estadual Indígena Ana Nunes da Silva • Escola Estadual Indígena Cosme e Damião • Escola Estadual Indígena José Jeronimo Barbosa • Escola Estadual Indígena Manoel João de Souza • Escola Estadual Indígena Manoel Vicente da Silva • Escola Estadual Indígena Mestre Otaviano • Escola Estadual Indígena Milton Pereira Neto • Escola Estadual Indígena Nossa Senhora Aparecida • Escola Estadual Indígena Nossa Senhora da Conceição • Escola Estadual Indígena Nossa Senhora de Fátima • Escola Estadual Indígena Odilon Nunes • Escola Estadual Indígena Olímpio Pereira • Escola Estadual Indígena Santo Expedito 	PERNAMBUCO

PROJETO	ESCOLA(S)	ESTADO
GESTÃO COMUNITÁRIA DAS ESCOLAS PANKARÁ	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Estadual Indígena Simão Cícero da Silva • Escola Estadual Indígena Tia Amélia Caxiado • Escola Estadual Indígena Vicente Muniz • Escola Estadual Indígena Vó Olindina • Escola Polo – Estadual Indígena Sagrada Família • Escola Polo – Estadual Indígena Bom Jesus dos Aflitos • Escola Polo – Estadual Indígena Especiosa Benigna de Barros • Escola Polo – Estadual Indígena Quintino de Menezes • Escola Polo – Estadual Indígena Rosilda Sabas de Souza 	PERNAMBUCO
MAMUG KOE IXO TIG	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sertanista Francisco Meireles 	RONDÔNIA
O ENSINO DA LÍNGUA TUPI NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS POTIGUARA DA PARAÍBA: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PEDRO POTI (EEIEFM)	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti 	PARAÍBA
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA DIFERENCIADA TREMEMBÉ	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Indígena Tremembé Maria Venâncio 	CEARÁ
PROGRAMA DE APOIO À FORMAÇÃO SUPERIOR E LICENCIATURAS INTERCULTURAIS INDÍGENAS – PROLIND	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal do Acre (UFAC) 	ACRE

PROJETO	ESCOLA(S)	ESTADO
PROGRAMA DE APOIO À FORMAÇÃO SUPERIOR E LICENCIATURAS INTERCULTURAIS INDÍGENAS – PROLIND	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) • Universidade do Estado do Amazonas (UEA) • Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – IFHCHS • Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Faced 	AMAZONAS
	• UEPA - Universidade Estadual do Pará;	PARÁ
	• UFRR - Universidade Federal de Roraima;	RORAIMA
	• UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins;	TOCANTINS
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL YANOMAMI	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Estadual Indígena Hiramatima Yano Koyopi • Escola Estadual Indígena Hiramatima Yano Piau • Escola Estadual Indígena Hiramatima Yano Rasasi • Escola Estadual Indígena Hiramatima Yano Xiroxiropiu • Escola Estadual Indígena Honama • Escola Estadual Indígena Onimatima Yano Watoriki • Escola Estadual Indígena Opasai • Escola Estadual Indígena Turumatima Yano Erisipi • Escola Estadual Indígena Turumatima Yano Maharau • Escola Estadual Indígena Turumatima Yano Sikamapiu • Escola Estadual Indígena Turumatima Yano Tihinaki • Escola Estadual Indígena Turumatima Yano Xokotha 	RORAIMA

PROJETO	ESCOLA(S)	ESTADO
PROGRAMA EDUCAÇÃO E PESQUISA INDÍGENA	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Indígena Bimi Kaxinawa • Escola Indígena Iba Kaxinawá • Escola Indígena Kea Huni Kaxinawa • Escola Indígena Kupi Kaxinawá • Escola Indígena Maspá Kaxinawá • Escola Indígena Tui Kaxinawá 	ACRE
PROJETO AÇAÍ “FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS” (CURSO NORMAL DE NÍVEL MÉDIO PARA PROFESSORES EM ÁREA INDÍGENA)	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Estado de Rondônia/Secretaria de Estado da Educação de Rondônia 	RONDÔNIA
PROJETO EDUCAÇÃO ALTO RIO NEGRO	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali (EIBC) • Escola Indígena Tuyuka Utapinozona 	AMAZONAS
PROJETO IBAOREBU DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO MUNDURUKU	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Bom Futuro • Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Borum Bempo • Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Santa Izabel • Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Terra Preta 	PARÁ

PROJETO	ESCOLA(S)	ESTADO
<p>PROJETO IBAOREBU DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO MUNDURUKU</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Kirixi Aboy • Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Kirixi Cak • Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Prainha • Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Restinga • Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Waru Bachembo • Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Wito Kaywatpu • Escola Mnunicipal de Ensino Fundamental Karo Baxewatpo • Escola Municipal de Ensino Fundamental Aiperepe • Escola Municipal de Ensino Fundamental Akiraywat Ka A • Escola Municipal de Ensino Fundamental Aldeia Muissu • Escola Municipal de Ensino Fundamental Kabare Byden • Escola Municipal de Ensino Fundamental Akay Bypen • Escola Municipal de Ensino Fundamental Kaba Iboy • Escola Municipal de Ensino Fundamental Paygu Baxenwatpu • Escola Municipal de Ensino Fundamental Poxo Repenpu • Escola Municipal de Ensino Fundamental Waro Biatpu • Escola Municipal de Ensino Fundamental Waru Iboybu • Escola Municipal de Ensino Fundamental Akai Apompo • Escola Municipal de Ensino Fundamental Anipiri 	<p>PARÁ</p>

PROJETO	ESCOLA(S)	ESTADO
<p>PROJETO IBAOREBU DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO MUNDURUKU</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal de Ensino Fundamental Borum Bijempo • Escola Municipal de Ensino Fundamental Borum Muyatpo • Escola Municipal de Ensino Fundamental da Aldeia Missão Velha • Escola Municipal de Ensino Fundamental da Aldeia Pratati • Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Waru Apompe • Escola Municipal de Ensino Fundamental Karo Bixik • Escola Municipal de Ensino Fundamental Karu Aboy • Escola Municipal de Ensino Fundamental Karu Bempo • Escola Municipal de Ensino Fundamental Kirixi Jeybu • Escola Municipal de Ensino Fundamental Kurap • Escola Municipal de Ensino Fundamental Missão Sao Francisco • Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Lourdes • Escola Municipal de Ensino Fundamental Paigo Baxewatpu • Escola Municipal de Ensino Fundamental Patuazal • Escola Municipal de Ensino Fundamental Poxo Aboybu • Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Maria • Escola Municipal de Ensino Fundamental Saure Baxik • Escola Municipal de Ensino Fundamental Sawre Muyatpo • Escola Municipal de Ensino Fundamental Waretodi • Escola Municipal de Ensino Fundamental Wariri • Escola Municipal de Ensino Fundamental Waru Orebu • Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Kaba Ujeibo • Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental São Sebastião • Escola Municipal Ensino Fundamental Bananal • Escola Municipal Ensino Infantil e Fundamental Juliano Kirixi 	<p>PARÁ</p>



FLACSO
BRASIL